

HISTÓRIA E EMANCIPAÇÃO NOS GRUNDRISSE

Pedro Leão da Costa Neto
Professor do Mestrado em Educação
da Universidade Tuiuti do Paraná.

O objetivo desta comunicação é discutir a concepção histórica de Marx desenvolvida nos *Grundrisse*, redigidos nos anos 1857 – 1858, obra que representa a primeira sistematização de seus estudos de economia política, reiniciados após a derrota da revolução de 1848. Acreditamos que, para entendermos algumas especificidades desta concepção, é necessário sublinhar dois aspectos estreitamente associados a sua redação: o primeiro, se refere, a conjuntura de crise econômica dos anos de 1856-1858, no interior da qual os *Manuscritos de 1857-1858* foram elaborados; o segundo, nos remete a releitura da filosofia de Hegel, em particular de sua *Ciência da Lógica*, que Marx realizou justamente naquele momento.

Marx, em diversos momentos de sua correspondência se referiu, a importância da crise econômica em desenvolvimento, para a redação de seus Manuscritos: em uma carta a Engels datada de 8 dezembro de 1857, Marx estabeleceu claramente esta relação: “Eu trabalho como um louco por noites inteiras para coordenar meus trabalhos de economia, para antes do *déluge*, clarificar ao menos as questões fundamentais.” (MARKS & ENGELS, 1972: 267-268). Neste mesmo sentido escreveu a Lassale em 21 de dezembro de 1857: “A crise comercial atual levou-me a me dedicar seriamente à redação dos meus fundamentos da economia política, ao mesmo tempo que preparo alguma coisa sobre a crise presente.” (MARKS & ENGELS, 1972: 648).

A obra de Marx deste período está profundamente marcada pela idéia da eminência da revolução, associada as esperanças de um desenlace revolucionário da crise econômica iniciada em 1856. Particularmente revelador neste sentido seria acompanhar os artigos de Marx, sobre a referida crise redigidos para o *New York Daily Tribune*, entre 1856-1858. (BOLOGNA, 1974). É importante destacar que Marx e Engels pensam esta crise, a partir do desenrolar da anterior de 1847-1848 que desembocou em uma grande onda revolucionária. Em, *A Crise Monetária na Europa*, um de seus artigos redigidos para o jornal norte-americano anteriormente citado, Marx observa:

Daqui a preocupação das classes altas da Europa ligada ao gosto amargo, que a vitória sobre a revolução serviu somente para, que no ano de 1857 existissem as condições materiais para a realização dos objetivos, que no ano 1848 eram apenas ideais. Todo este período, desde meados de 1849 até os dias atuais, mostra-se somente como um momento de alívio concedido pela história da antiga sociedade européia, para poder por fim mostrar um concentrado de todas as suas tendências. (MARKS & ENGELS, 1967: 163).

Como foi observado anteriormente, a correspondência entre Marx e Engels, nos oferecem importantes indicações, sobre a esperança dos dois revolucionários em um desenlace revolucionário da crise, por exemplo, em uma carta à Engels de 26 de setembro de 1856, aparece uma clara referência as dimensões da crise e a necessidade dos preparativos para a revolução que se aproxima:

Creio que no mais tardar no inverno de 1857, irromperá uma grande crise monetária. (...) Em todo caso diferentemente das crises anteriores, a França inventou uma forma na qual a febre especulativa pode estender-se e se estendeu a toda a Europa. (...) Além de tudo, desta vez a coisa tomou forma em escala européia de uma maneira nunca antes alcançada, e eu não creio que continuaremos aqui sentados por muito tempo como espectadores (...) a mobilização das nossas forças esta próxima. (MARKS & ENGELS, 1972: 84-85).

Apenas alguns dias depois, em uma carta endereçada a Marx, Engels afirma:

Queria saber, quanto da ação especulativa continental se encontra na Inglaterra; me parece, que é uma quantidade imensa. Dessa vez será o dies irae, como nunca dantes. Toda indústria européia em queda total, todos os mercados saturados (para a Índia não se envia nada atualmente), todas as classes dominantes envolvidas na especulação, bancarrota completa da burguesia, guerra e caos no grau mais elevado. Eu igualmente acho que tudo se realizará neste ano 1857. (MARKS & ENGELS, 1972: 87-88).

Ao lado da idéia da eminência da revolução, outra importante circunstância, que desempenhou um importante papel na redação dos *Grundrisse*, foi o “acaso teórico” da releitura realizada por Marx da obra de Hegel, em particular da *Ciência da Lógica*, quando trabalhava nos referidos manuscritos; em uma carta a Engels de meados de janeiro de 1858, observa: “No tocante ao *método* de elaboração do material, me foi de grande

utilidade o fato de *by mere accident*, ter novamente folheado a *Lógica* de Hegel.” (MARKS & ENGELS, 1972: 309).

A influência desta leitura é manifesta em diferentes passagens dos *Manuscritos de 1857-1858*; em uma delas, dedicada a gênese do dinheiro, Marx salientou os perigos de uma forma de exposição idealista: “Em outro momento, antes de deixarmos este problema, será necessário corrigir a maneira idealista de expô-lo, que dá a impressão de tratar-se de puras definições conceituais e da dialética desses conceitos.” (MARX, 1980a: 77). Duas outras passagens da mesma obra, parecem indicar, a estreita relação existente entre o “modo de exposição” e a crise como manifestação da idéia da eminência da revolução; nos referimos aqui, as passagens onde Marx desenvolveu o plano de exposição da sua futura obra, na primeira delas observa: “O mercado mundial constitui por sua vez o pressuposto, o suporte do conjunto. As crises representam então o sintoma geral da superação (desse) pressuposto e o impulso para a assunção de uma nova forma histórica.” (MARX, 1980a: 163). E algumas páginas adiante: “Por último, o mercado mundial. Domínio da sociedade burguesa sobre o estado. As crises. Dissolução do modo de produção e da forma da sociedade fundados no valor de troca. O trabalho individual posto realmente como social e vice-versa.” (MARX, 1980a: 204).

Não seria portanto arbitrário afirmar, que os dois aspectos supra-citados - a idéia da eminência da revolução e a releitura da *Lógica* de Hegel - tomados em conjunto ou separado, desempenharam um papel decisivo na redação e na concepção teórica dos *Manuscritos*. Estas mesmas circunstâncias permitiram que os *Grundrisse* se transformassem em uma obra que fundamentou um conjunto de leituras as mais variadas da obra de Marx, chegando até mesmo a ser elevado à estatura de o anti - *O Capital*.

Uma vez estabelecidos os pressupostos da nossa leitura, podemos agora nos ocupar, da concepção de história presente nos *Manuscritos de 1857-1858*. O que tornam estes manuscritos particularmente importantes, para uma análise da referida concepção é que encontramos aqui, um conjunto de passagens e fragmentos; nos quais Marx se ocupa de questões decisivas para a sua teoria da história, como por exemplo, entre outras, as dedicadas as diferentes formas de sociabilidade, a contradição entre forças produtivas e relações de produção e a transição ao Comunismo como resultado necessário das contradições crescentes do Modo de Produção Capitalista. Em razão dos limites desta

comunicação, só poderemos nos deter em algumas destas passagens.

Iniciamos, nossa análise a partir da conhecida passagem, onde Marx nos oferece uma análise das sucessivas formas históricas de sociabilidade e das condições necessárias para a criação do indivíduo plenamente desenvolvido:

As relações de dependência pessoal (no começo sobre uma base de todo natural) são as primeiras formas sociais nas quais a produtividade humana se desenvolve somente em um âmbito restrito e em locais isolados. A independência pessoal fundada na dependência com relação as coisas é a segunda forma importante na qual chega a constituir-se um sistema de metabolismo social geral, um sistema de relações universais e de capacidades universais. A livre individualidade fundada no desenvolvimento universal dos indivíduos e na subordinação de sua produtividade coletiva, social, como patrimônio social, constitui o terceiro estágio. O segundo cria as condições do terceiro. Tanto as condições patriarcais como as antigas (e também feudais) se desagregam com o desenvolvimento do comércio, do luxo, do dinheiro, do valor de troca, na mesma medida a qual vai paralelamente crescendo a sociedade moderna. (MARX, 1980a: 85).

Marx nos oferece neste texto, de importantes implicações teóricas, uma teoria (ou filosofia da história?) da sucessão de três distintas formas de sociabilidade: relações baseadas na dependência pessoal, a independência pessoal fundada na dependência com relação as coisas e a livre individualidade fundada no desenvolvimento universal dos indivíduos; nesta passagem Marx, além de retornar ao conceito de alienação, identifica o comunismo com o pleno e universal desenvolvimento da individualidade humana.

Em inúmeras outras partes do livro, Marx afirma a idéia do papel a ser desempenhado pelo capitalismo na criação das condições, graças ao seu caráter essencialmente contraditório, para o pleno desenvolvimento da personalidade e para a realização do comunismo:

O grande sentido histórico do capital é o de criar este *trabalho excedente*, trabalho supérfluo desde o ponto de vistas do mero valor de uso, da mera subsistência. (...) Em sua aspiração incessante pela forma universal da riqueza, o capital, impulsiona o trabalho além dos limites de sua necessidade natural e cria assim os elementos materiais para o desenvolvimento de uma rica individualidade, tão multilateral tanto na produção como no consumo, e cujo trabalho, portanto não se apresenta já como trabalho, senão como desenvolvimento pleno da atividade mesma, na qual desapareceu a necessidade natural em sua forma direta,

porque uma necessidade produzida historicamente substitui a natural. Por esta razão *o capital é produtivo, ou seja, é uma relação essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais*. E só deixa de ser quando o desenvolvimento destas forças produtivas encontram um limite no próprio capital. (MARX, 1980a: 266-267).

Ou, em uma outra passagem aonde associa a superação da alienação ao pleno desenvolvimento das forças produtivas materiais:

A forma mais extrema da alienação, na qual o trabalho, a atividade produtiva, aparece com relação a suas próprias condições e seu próprio produto na relação do capital com o trabalho assalariado, é um ponto de partida necessário e por isso contém em si, ainda quando de forma invertida, apoiada sobre a cabeça, a dissolução de todos os pressupostos limitados da produção e, melhor produz e cria os pressupostos não condicionados da produção e, por isso as condições materiais plenas para o desenvolvimento universal, total, das forças produtivas dos indivíduos. (MARX, 1980a: 479).

É importante sublinhar como Marx, nestes Manuscritos, desenvolveu elaborações já esboçadas anteriormente (em particular a *Ideologia Alemã* e o *Manifesto do Partido Comunista*), onde tinha delineado as suas teses sobre a concepção materialista da história. Em uma passagem, que faz ressonar o *Manifesto Comunista*; Marx retorna a idéia da “grande influência civilizadora do capital”:

A exploração da terra em todas as direções, (...) o desenvolvimento ao máximo das ciências naturais, (...) o cultivo de todas as propriedades do homem social e a produção do mesmo como um indivíduo cujas necessidades se desenvolveram o mais possível. (...) O capital cria assim a sociedade burguesa e a apropriação universal tanto da natureza como da relação social mesma pelos membros da sociedade. Hence the great civilising influence of capital; sua produção de um nível da sociedade, frente ao qual todos os anteriores aparecem como desenvolvimentos meramente locais da humanidade e como uma idolatria da natureza. Pela primeira vez a natureza se converte puramente em objeto para o homem, em coisa puramente útil; cessa de reconhecer-la como poder para si. (...) Passa por cima das barreiras e prejuízos nacionais. (...) Opera destrutivamente contra tudo isso, é constantemente revolucionário, derruba todas as barreiras que obstaculizam o desenvolvimento das forças produtivas. (...) A universalidade a que tende sem cessar, encontra entraves em sua própria natureza, as que em certa etapa do desenvolvimento do capital reconhecerão como a barreira maior para essa tendência e, por conseguinte conduzirão a abolição do capital por meio de si mesmo.

(MARX, 1980a: 361-362).

Marx opõe, aqui portanto, o modo de produção capitalista resultado do máximo desenvolvimento das ciências naturais, da indústria universal, da apropriação universal da natureza e da relação entre os homens, às diferentes formas de produção puramente locais, sublinhando por um lado, o seu caráter civilizatório e por outro lado, o aspecto histórico e transitório do Modo de Produção Capitalista, resultante das crescentes contradições entre as forças produtivas e as relações de produção.

Algumas páginas adiante, retomando o aspecto da transitoriedade do Modo de Produção Capitalista, Marx desenvolve uma crítica aos economistas por desconhecerem o seu caráter histórico: “os economistas burgueses, que consideram ao capital como uma forma produtiva eterna e *conforme a natureza* (não a história), tratam sempre de justificá-lo tomando as condições de seu devir pelas condições de sua realização atual.” (MARX, 1980a: 421). Ao contrário, o nosso autor sublinha o caráter aberto do capitalismo, tanto em relação ao seu passado como ao seu futuro:

Se por um lado as fases pré-burguesas se apresentam como pressupostos *puramente históricos*, ou seja abolidos, por outro lado, as condições atuais da produção se apresentam como *abolindo-se a si mesmas* e portanto como pondo os *pressupostos históricos* para um novo ordenamento da sociedade. (MARX, 1980a: 422).

Será portanto relacionado a esta dupla abertura, que permite caracterizar o capitalismo, como uma forma social de transição:

Aparece aqui a tendência universal do capital, que o diferencia de todos os estágios anteriores da produção. Ainda que seja limitado por sua própria natureza, tende a um desenvolvimento universal das forças produtivas e se converte na premissa de um novo modo de produção. (...) Esta tendência – que é inerente ao capital, porém ao mesmo tempo o contradiz como forma limitada de produção e por conseguinte tende a sua dissolução – distingue o capital de todos os outros modos de produção e o implica, por sua vez, que aquele esteja posto como simples ponto de transição. (MARX, 1980b: 31).

É neste sentido que adquirem pleno sentido e uma importância central, os dois célebres fragmentos citados anteriormente, ou seja: as “Formas que precedem a

produção capitalista” e o “Fragmento sobre as Máquinas”.

A análise desenvolvida por Marx das formações econômicas pré-capitalistas, como ele próprio observa, não constitui um objetivo em si mesmo, mas está articulado a investigação do Modo de Produção capitalista:

Para analisar as leis da economia burguesa não é necessário, escrever a *história real das relações de produção*. Porém a correta concepção e dedução das mesmas, enquanto relações originadas historicamente, conduz sempre as primeiras equações (...) que apontam a um passado que jaz por trás deste sistema. (MARX, 1980a: 422).

Marx desde as primeiras páginas das “Formas que precedem a produção capitalista”, indica que seu objetivo é investigar a constituição dos pressupostos da sociedade capitalista:

se um dos pressupostos do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir e valorizar o dinheiro, (...), o outro pressuposto é a separação do trabalhador livre das condições objetivas da sua realização, em relação aos meios e material de trabalho. (MARX, 1980a: 433 / MARX, 1991: 65).

Marx na seqüência passa a analisar as três distintas formas de propriedade que precederam o capitalismo, com suas diferentes modificações essenciais, históricas, locais:

i) a comunidade tribal, ii) a comunidade e iii) a germânica, mostrando que

Em todas estas formas, o fundamento da evolução é a *reprodução* das relações entre o indivíduo e sua comunidade *aceitas como dadas* – que podem ser mais ou menos naturais ou produto de um processo histórico, porém fixadas na tradição. (...) Tal evolução é, pois, *limitada* de início e se os limites forem transpostos seguir-se-á a decadência e a desintegração. (MARX, 1980a: 446/ MARX, 1991: 79).

E acrescenta “mas o livre e pleno desenvolvimento do indivíduo ou da sociedade é inconcebível, porque tal evolução entra em contradição com o relacionamento original.” (MARX, 1980a: 447 / MARX, 1991: 80).

Marx analisa este processo de dissolução das diferentes formas de propriedade, a partir da dialética entre forças produtivas e relações de produção:

Um estágio determinado do desenvolvimento das forças produtivas dos indivíduos trabalhadores, a que correspondem relações determinadas dos indivíduos entre si e com a natureza. Até certo ponto, reprodução. Depois disto, transforma-se em dissolução. (MARX, 1980a: 456/MARX, 1991: 89-90).

Após ter distinguido, o capitalismo de todas as formas anteriores de produção que sucumbiram frente ao desenvolvimento da riqueza; Marx demonstra que a contradição, entre forças produtivas e relações de produção, é uma característica constitutiva da dinâmica do capitalismo:

A partir de certo momento o desenvolvimento das forças produtivas se tornam um obstáculo para o capital; portanto a relação do capital se transforma em uma barreira para o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho (...) e na sua qualidade de entrave se elimina necessariamente. (MARX, 1980b: 282).

O agravamento desta contradição se expressa nas crescentes crises, acompanhadas da destruição de parte do próprio capital, no qual se anuncia que ele mesmo deverá ser substituído por um “estágio superior da produção social. (MARX, 1980b: 282). Como vimos, a análise do caráter passageiro e transitório do capitalismo perpassa os *Grundrisse*; contudo, talvez, seja em seu conhecido “Fragmento sobre a Maquinaria”, aonde esta concepção, “que o capital, como força dominante da produção opera ele próprio a sua dissolução” (MARX, 1980b: 222), se encontre mais desenvolvida de forma mais acabada. Como sabemos é principalmente a partir deste fragmento, que Antonio Negri e os *operaistas* italianos constroem a sua leitura dos *Grundrisse* e da obra de Marx. Negri (1997: 148) observa: “‘o capítulo sobre as máquinas’, isto é a leitura do *mais alto exemplo do uso da dialética antagonística e constitutiva* que pode se ler, com certeza nos *Grundrisse*, e talvez em toda obra de Marx.” Em repetidas passagens do fragmento em questão Marx desenvolve a idéia que o resultado último do capitalismo é a sua própria negação; uma das mais é aquela na qual desenvolve as conseqüências da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto:

Desde que o trabalho, na sua forma imediata, deixou de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem que deixar, de ser a

sua medida, e o valor de troca deixa também de ser a medida do valor de uso. O *trabalho excedente da massa* deixou de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o *não trabalho de poucos* deixou de ser a condição do desenvolvimento dos poderes gerais do intelecto humano. Por essa razão se desmorona a produção baseada no valor de troca, e processo de produção material imediato perde também a forma da miséria e do antagonismo. Ocorre então o livre desenvolvimento da individualidade. (...) O capital é uma contradição em processo, pelo fato que tende a reduzir o tempo de trabalho ao mínimo, enquanto, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. (...) As forças produtivas e as relações – simples faces diferentes do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem ao capital unicamente como meios para produzir a partir de sua base limitada. Mas, de fato, são estas condições materiais que fazem explodir esta base. ((MARX, 1980b: 228-229).

Este caráter eminentemente teleológico aparece igualmente em outras inúmeras passagens dos *Manuscritos de 1857-1858*, nos detenhemos apenas em mais uma delas:

Porém evidentemente este processo de inversão é somente uma necessidade *histórica*, uma simples necessidade para o desenvolvimento das forças produtivas desde determinada base ou ponto de partida histórico, porém de modo algum uma necessidade *absoluta* da produção; ou melhor é uma necessidade passageira e o resultado e a finalidade (imaneente) deste processo é abolir esta mesma base, assim como esta forma do processo. (MARX, 1980b: 395).

Os *Grundrisse* nos põe, portanto, defronte a importantes questões interpretativas referentes a obra de Marx, como por exemplo. o reaparecimento da influência de Hegel, do conceito de alienação, da problemática da eminência da revolução e de uma teleologia do processo histórico; estas são apenas algumas das dificuldades que se apresentam e que nos fazem problematizar diferentes esquemas interpretativos da obra de Marx, desde aqueles que indicam o desaparecimento da influência de Hegel e do conceito de alienação na obra de Marx no Marx da maturidade (como Althusser e a sua escola) até aqueles que vêem neste texto o momento mais alto alcançado pela obra do autor de *O Capital*, a respeito destas últimas leituras são particularmente reveladoras as palavras irônicas de Fritz Wolfgang Haug (2005: 293):

Diz-se que os saxões criam juízo apenas aos quarenta anos. Caso se acreditasse em certa literatura, no caso de Karl Marx se poderia afirmar ao contrário. Depois de seus quarenta anos de vida, a sua inteligência

teórica teria logo seguido uma linha descendente. Sobretudo a interpretação da crítica da economia política de orientação hegeliana, normalmente julgam como um regresso os passos a frente que Marx realizou depois de os *Grundrisse* à primeira (1867) e a segunda (1872) edições do Livro I de *O Capital*, até chegar a tradução francesa deste (1872-1875) e às *Notas marginais ao “Manual de Economia Política” de Adolph Wagner* (1879-1880).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLOGNA, Sérgio. Moneta e crisi: Marx corrispondente della “New York Daily Tribune”, 1856-1857, In: BOLOGNA, Sérgio et al. *Crisi e organizzazione operaia*, Milano: Feltrinelli, 1974, pp. 9-72.

HAUG, Fritz Wolfgang. Sul processo di apprendimento di Marx. Dai Grundrisse alla traduzione francese del Libro Primo del Capitale. In: MUSTO, Marcelo (org.). *Sulle Tracce di un Fantasma L’Opera di Karl Marx tra Filologia e Filosofia*, Roma Manifestolibri, 2005.

MARX, Karol e ENGELS, Fryderyk. *Dziela*. Vol. XII. Varsóvia: Książka i Wiedza, 1967.

MARX, Karol e ENGELS, Fryderyk. *Dziela*. Vol. XXIX. Varsóvia: Książka i Wiedza, 1972.

MARX, Karl. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política* (Grundrisse) 1857-1858, Vol. I. 11ª ed., Madrid: Siglo XXI, 1980a.

MARX, Karl. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política* (Grundrisse) 1857-1858, Vol. II. 11ª ed., Madrid: Siglo XXI, 1980b.

MARX, Karl. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*, 6ª ed., São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

NEGRI, Antonio. *Marx oltre Marx* Quaderno di lavoro sui Grundrisse. Milano: Feltrinelli, 1979.

SACRISTÁN LUZÓN, Manuel. *Escritos sobre El Capital*, Barcelona: El Viejo Topo, 2004.